

**ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.**

**CONCURSO PÚBLICO**

**ALUGUER DE VIATURAS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS  
E LIGEIRAS DE MERCADORIAS, EM REGIME DE RENT  
A CAR**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**(Ref.ª DAF.CP-LB-01/2025)**

**Junho 2025**

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **ÍNDICE**

<b>CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS.....</b>	<b>3</b>
<i>Cláusula 1.ª Objeto.....</i>	<i>3</i>
<i>Cláusula 2.ª Elementos do Contrato.....</i>	<i>3</i>
<i>Cláusula 3.ª Prazo de Vigência do Contrato.....</i>	<i>4</i>
<b>CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES .....</b>	<b>5</b>
SECÇÃO I OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO.....	5
<i>Cláusula 4.ª Obrigações do Adjudicatário.....</i>	<i>5</i>
<i>Cláusula 5.ª Conformidade e Operacionalidade dos Bens .....</i>	<i>5</i>
<i>Cláusula 6.ª Entrega dos Bens.....</i>	<i>5</i>
<i>Cláusula 7.ª Inspeção.....</i>	<i>6</i>
<i>Cláusula 8.ª Inoperacionalidade, Defeitos ou Discrepâncias .....</i>	<i>6</i>
<i>Cláusula 9.ª Dever de Sigilo.....</i>	<i>6</i>
<i>Cláusula 10.ª Tratamento de Dados Pessoais .....</i>	<i>7</i>
<i>Cláusula 11.ª Conservação de Dados Pessoais .....</i>	<i>8</i>
<i>Cláusula 12.ª Transferência de Dados Pessoais .....</i>	<i>9</i>
<i>Cláusula 13.ª Dever de Cooperação .....</i>	<i>9</i>
SECÇÃO II OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO.....	9
<i>Cláusula 14.ª Preço Contratual e Preços Unitários Base .....</i>	<i>9</i>
<i>Cláusula 15.ª Condições de Pagamento e Faturação .....</i>	<i>10</i>
SECÇÃO II ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO .....	12
<i>Cláusula 16.ª Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato .....</i>	<i>12</i>
<b>CAPÍTULO III MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO .....</b>	<b>12</b>
<i>Cláusula 17.ª Modificação objetiva do contrato .....</i>	<i>12</i>
<i>Cláusula 18.ª Subcontratação e cessão da posição contratual do adjudicatário.....</i>	<i>12</i>
<i>Cláusula 19.ª Sanções Contratuais .....</i>	<i>13</i>
<i>Cláusula 20.ª Força Maior .....</i>	<i>13</i>
<i>Cláusula 21.ª Resolução do contrato por parte do contraente público.....</i>	<i>14</i>
<i>Cláusula 22.ª Resolução do contrato por parte do adjudicatário.....</i>	<i>15</i>
<i>Cláusula 23.ª Execução da Caução.....</i>	<i>15</i>
<b>CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS.....</b>	<b>16</b>
<i>Cláusula 24.ª Deveres de Informação.....</i>	<i>16</i>
<i>Cláusula 25.ª Comunicações.....</i>	<i>16</i>
<i>Cláusula 26.ª Foro Competente.....</i>	<i>16</i>
<i>Cláusula 27.ª Direito aplicável e natureza do contrato .....</i>	<i>16</i>
<i>Cláusula 28.ª Contagem dos Prazos .....</i>	<i>17</i>
<b>ANEXO I CLAUSULAS TÉCNICAS ESPECIAIS .....</b>	<b>18</b>
<i>Cláusula 29.ª Características técnicas das viaturas a fornecer pelo adjudicatário .....</i>	<i>18</i>
<i>Cláusula 30.ª Garantia Técnica .....</i>	<i>19</i>
<i>Cláusula 31.ª Prazo de Entrega das Viaturas .....</i>	<i>20</i>
<i>Cláusula 32.ª Sinistros .....</i>	<i>20</i>
<i>Cláusula 33.ª Recondicionamentos .....</i>	<i>20</i>
<i>Cláusula 34.ª Limite de Quilómetros .....</i>	<i>21</i>
<i>Cláusula 35.ª Notificações de Eventuais Infrações de Transito .....</i>	<i>21</i>
<b>ANEXO II LOCAIS DE ENTREGA .....</b>	<b>22</b>

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

### Cláusula 1.<sup>a</sup>

#### Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no(s) contrato(s) a celebrar entre a sociedade Águas do Algarve, S.A., adiante designada por AdA, S.A. ou Entidade Adjudicante, e o(s) Adjudicatário(s), cujo objeto principal consiste na **“Aluguer de viaturas ligeiras de passageiros e ligeiras de mercadorias, em regime de rent a car”** para o local de entrega identificado no **Anexo II** do presente Caderno de Encargos e de acordo com as características especificadas nas Clausulas Técnicas Especiais (**Anexo I** ao presente Caderno de Encargos).

2. A natureza do objeto de cada contrato é caracterizada pelo seguinte código CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos):

Código CPV: **34100000-8 Veículos a motor**

3. Por motivos de conveniência funcional, de eficiência na gestão dos contratos e respeito pelo artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei 111-B/2017, de 31 de agosto e posteriores alterações, adiante por simplificação, CCP, a adjudicação do presente procedimento adite os seguintes lotes:

- Lote 1: “Aluguer de viaturas ligeiras de passageiros e ligeiras de mercadorias, em regime de rent-a-car” – Segmento Premium e Super Premium;
- Lote 2: “Aluguer de viaturas ligeiras de passageiros e ligeiras de mercadorias, em regime de rent a car” – Segmento Familiar Compacto e Compacto Inferior;
- Lote 3: “Aluguer de viaturas ligeiras de passageiros e ligeiras de mercadorias, em regime de rent a car” – Segmento Operacional Passageiro e de Mercadoria;

### Cláusula 2.<sup>a</sup>

#### Elementos do Contrato

1. Na execução e interpretação do Contrato a celebrar, observar-se-ão as respetivas cláusulas contratuais e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante.
2. Para efeitos do número anterior, consideram-se integrados no Contrato os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que expressamente aceites pelo órgão competente para a

decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;

- b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
  - f) O clausulado contratual.
3. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
4. Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Prazo de Vigência do Contrato**

- 1. O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses** a contar da data de assinatura do contrato, prorrogável por mais **6 (seis) meses** mediante comunicação escrita desta Entidade Adjudicante.
- 2. A comunicação mencionada no ponto anterior terá de acontecer com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- 3. A denúncia do(s) contrato(s), por qualquer das partes, deve ser apresentada por escrito com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
- 4. Independentemente do decurso do prazo de vigência do contrato, o mesmo extingue-se logo que seja atingido o preço contratual definido no presente Caderno de Encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 5. Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além da data de cessação dos contratos, estes cessarão automaticamente assim que o preço contratual se esgotar.

## CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### SECÇÃO I OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

#### Cláusula 4.<sup>a</sup> Obrigações do Adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do Adjudicatário as definidas no **Anexo I** assim como respeitar todas as regras definidas no Código de Conduta para Fornecedor que constitui o **Anexo III** ambos do presente Caderno de Encargos e que dele fazem parte integrante.

#### Cláusula 5.<sup>a</sup> Conformidade e Operacionalidade dos Bens

1. O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no **Anexo I** que integra o presente Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.
4. O adjudicatário é responsável perante o contraente público por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

#### Cláusula 6.<sup>a</sup> Entrega dos Bens

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues nas condições constantes do **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante e no local de entrega identificado no **Anexo II** deste Caderno de Encargos.
2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.

3. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e propriedade daqueles para a Entidade Adjudicante, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impenhem sobre o adjudicatário.
4. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato para o local da entrega são da responsabilidade do adjudicatário.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

##### **Inspecção**

Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no próprio dia útil, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos e conforme proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos na lei.

#### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

##### **Inoperacionalidade, Defeitos ou Discrepâncias**

1. No caso da inspeção prevista na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o contraente público deve informar, por escrito, o adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo contraente público, às substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das substituições necessárias pelo adjudicatário no prazo respetivo, o contraente público procede a nova análise, nos termos da cláusula anterior.

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

##### **Dever de Sigilo**

1. O adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o contraente público lhe indique para esse efeito.

4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (*cinco*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **Tratamento de Dados Pessoais**

1. No caso de o adjudicatário necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do contraente público, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O adjudicatário deve cumprir rigorosamente as instruções do contraente público no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O adjudicatário deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O adjudicatário deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo contraente público, ou por quem atue em representação deste.
6. O adjudicatário deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o adjudicatário responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
7. Mediante solicitação escrita do contraente público, o adjudicatário deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
8. O adjudicatário deve comunicar de imediato ao contraente público quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
9. O adjudicatário encontra-se adstrito a notificar de imediato o contraente público de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.

- 10.** Se o adjudicatário tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o contraente público disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o contraente público possa razoavelmente solicitar.
- 11.** Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao adjudicatário, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o contraente público:
- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
  - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
  - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
- 12.** O adjudicatário obriga-se a ressarcir o contraente público por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
- 13.** O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do adjudicatário e a verificação de inexistência de garantias de compliance do adjudicatário é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo contraente público, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Conservação de Dados Pessoais**

- 1.** O adjudicatário deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelo contraente público.
- 2.** Dependendo da opção do contraente público, o adjudicatário apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.



#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Transferência de Dados Pessoais**

O adjudicatário não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita do contraente público, exceto se o adjudicatário for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, o contraente público antes de proceder a essa transferência.

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

##### **Dever de Cooperação**

O adjudicatário deve cooperar com a Contraente Pública ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Contraente Pública;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

### **SECÇÃO II**

#### **OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO**

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **Preço Contratual e Preços Unitários Base**

- I. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público deve pagar ao adjudicatário o **preço contratual** que resultará da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido. Considerando a divisão por lotes, os preços contratuais, acrescidos de IVA a taxa legal em vigor, repartem-se da seguinte forma:
  - a. **Lote 1:** “Aluguer de viaturas ligeiras de passageiros e ligeiras de mercadorias, em regime de rent-a-car” – Segmento Premium e Super Premium – **37.616,87€** (trinta e sete mil, seiscentos e dezasseis euros e oitenta e sete cêntimos), dos quais **4.832,88€** (quatro mil, oitocentos e trinta e dois euros e oitenta e oito cêntimos) para eventuais recondicionamentos;
  - b. **Lote 2:** “Aluguer de viaturas ligeiras de passageiros e ligeiras de mercadorias, em regime de rent a car” – Segmento Familiar Compacto e Compacto Inferior – **167.560,33€**

- (cento e sessenta e sete mil, quinhentos e sessenta euros e trinta e três cêntimos), dos quais **27.395,33€** (vinte e sete mil, trezentos e noventa e cinco euros e trinta e três cêntimos) para eventuais recondicionamentos;
- c. **Lote 3:** “Aluguer de viaturas ligeiras de passageiros e ligeiras de mercadorias, em regime de rent a car” – Segmento Operacional Passageiro e de Mercadoria – **348.905,00€** (trezentos e quarente e oito mil, novecentos e cinco euros), dos quais **63.771,79€** (sessenta e três mil, setecentos e setenta e um euros e setenta e nove cêntimos) para eventuais recondicionamentos.
2. Os **Preços Unitários Base** do procedimento foram fixados pelo Órgão Competente para a Decisão de Contratar contratual, nos termos do n.º I do artigo 47.º do CCP, pelos seguintes valores, acrescido do IVA à taxa legal em vigor:
- **Lote 1:** “Aluguer de viaturas ligeiras de passageiros e ligeiras de mercadorias, em regime de rent-a-car” – Segmento Premium **632,13€/mês/viatura** (seiscentos e trinta e dois euros e treze cêntimos por mês e por viatura) e Super Premium **767,78€/mês/viatura** (setecentos e sessenta e sete euros e setenta e oito cêntimos por mês e por viatura);
  - **Lote 2:** “Aluguer de viaturas ligeiras de passageiros e ligeiras de mercadorias, em regime de rent a car” – Segmento Familiar Compacto **552,80€/mês/viatura** (quinhentos e cinquenta e dois euros e oitenta cêntimos por mês e por viatura) e Compacto Inferior **491,38€/mês/viatura** (quatrocentos e noventa e um euros e trinta e oito cêntimos por mês e por viatura);
  - **Lote 3:** “Aluguer de viaturas ligeiras de passageiros e ligeiras de mercadorias, em regime de rent a car” – Segmento Operacional Passageiro **420,74€/mês/viatura** (quatrocentos e vinte euros e setenta e quatro cêntimos por mês e por viatura) e de Mercadoria **506,73€/mês/viatura** (quinhentos e seis euros e setenta e três cêntimos por mês e por viatura).
3. Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, conforme aplicável.
4. Nos preços acima estarão incluídas as rendas a cobrar, assim como os gastos que resultem da compra ou aluguer de identificadores via verde. Relativamente aos consumos via verde, estes farão objeto de faturação independente, não incluídos nos preços contratuais acima.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Condições de Pagamento e Faturação**

1. A quantia devida pelo contraente público, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve ser paga no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo mesmo da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato e emissão da respetiva notificação de aceitação.
3. Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar, por escrito, ao adjudicatário, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pelo contraente público não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no entanto, o contraente público proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.os 1 a 3, a fatura é paga através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo adjudicatário.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, o pagamento ao adjudicatário será automaticamente suspenso por igual período.
7. As faturas emitidas pelo cocontratante devem incluir o número de nota de Encomenda fornecido pela Contraente Pública e devem conter os elementos necessários a uma completa clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
8. As faturas eletrónicas a emitir pelo cocontratante devem ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
9. Caso o cocontratante não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
  - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab> ;
  - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1> ;
  - c) Preencher o formulário de adesão: [https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP\\_CIU5](https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5) .
10. Em caso de incumprimento dos termos da faturação resultante de facto não imputável à Contraente Pública não acrescem quaisquer juros de mora.
11. As faturas eletrónicas deverão cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240> .
12. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pelas Contraente Pública não será objeto de qualquer cobrança adicional.

## **SECÇÃO II**

### **ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

##### **Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato**

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela entidade adjudicante.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo adjudicatário.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

## **CAPÍTULO III**

### **MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO**

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **Modificação objetiva do contrato**

Além dos fundamentos de modificação objetiva previstos no artigo 312.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato pode ainda ser modificado o contrato pode ser modificado observando-se as limitações previstas no artigo 313.º do mesmo diploma legal.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### **Subcontratação e cessão da posição contratual do adjudicatário**

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o adjudicatário pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do contraente público.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O contraente público deve pronunciar-se sobre a proposta do adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.

4. A subcontratação pelo adjudicatário depende de autorização do contraente público, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

##### **Sanções Contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do fornecedor o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Em caso de incumprimento relativamente às condições de receção da viatura vertida no n.º 6, da Cláusula 29.º, poderá ser aplicada uma sanção contratual, de 3% (três por cento) por cada semana de atraso, relativamente ao preço correspondente a viatura não entregue.
  - b) Em caso de incumprimento dos prazos de entrega dos veículos previstos na cláusula 31.<sup>a</sup> ao presente Caderno de Encargos, poderá ser aplicada uma sanção contratual, de 3% (três por cento) por cada semana de atraso, relativamente ao preço correspondente a viatura não entregue.
2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o contraente público pode exigir-lhe uma sanção contratual de até 20% do valor global do contrato.
5. Ao valor da sanção contratual prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na respetiva entrega tenha determinado a respetiva resolução.
6. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
7. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

##### **Força Maior**

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:

- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
  - b) Sejam alheias à sua vontade;
  - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
  - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo adjudicatário das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza o contraente público a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o fornecedor direito a qualquer indemnização.

#### **Cláusula 21.ª**

##### **Resolução do contrato por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, na caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente pelo incumprimento reiterado e sistemático de obrigações contratuais
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário produzindo efeitos no prazo de 15 (*quinze*) dias a contar da data da

comunicação, e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo contraente público.

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

##### **Resolução do contrato por parte do adjudicatário**

1. O adjudicatário pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

##### **Execução da Caução**

1. Tratando-se de uma locação de bens cujo preço contratual de cada lote é inferior a 500.000,00€ (quinhentos mil euros), não é exigida a prestação de caução para a celebração do contrato, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, **excetuando** o caso em que haja apenas 1 (um) Adjudicatário.
2. Nesta circunstância, a percentagem de caução a aplicar será de 5% do preço contratual, conforme previsto no n.º I dos artigos 88º e 89º do CCP.
3. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do(s) contrato(s), nos termos previstos no programa de procedimento, pode ser executada pelo contraente público sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do(s) contrato(s) ou da lei.
4. A resolução do(s) contrato(s) pelo contraente público não impede a execução da caução nos termos da lei ou do(s) contrato(s).
5. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação do contraente público para esse efeito.
6. Nos contratos em que não haja a obrigação de correção de defeitos pelo cocontratante, designadamente, obrigações de garantia, o contraente público deve promover a liberação integral da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais no prazo de 30 (trinta) dias após o cumprimento de todas as obrigações do cocontratante.

## **CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

#### **Deveres de Informação**

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

### **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

#### **Comunicações**

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a Contraente Pública e o Cocontratante relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos a identificar no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

### **Cláusula 26.<sup>a</sup>**

#### **Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com renúncia expressa a qualquer outro.

### **Cláusula 27.<sup>a</sup>**

#### **Direito aplicável e natureza do contrato**

1. Em tudo o que se encontrar omissa no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e subsidiariamente a demais legislação portuguesa em vigor.
2. O contrato tem natureza administrativa.



**Cláusula 28.<sup>a</sup>**

**Contagem dos Prazos**

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

## ANEXO I CLAUSULAS TÉCNICAS ESPECIAIS

(a que se refere a Cláusula 1.<sup>a</sup> et al.)

### Cláusula 29.<sup>a</sup>

#### Caraterísticas técnicas das viaturas a fornecer pelo adjudicatário

1. As viaturas a fornecer deverão possuir as seguintes caraterísticas:

Lote	Descrição do Segmento	Modelos de Referência	Quantidades Estimadas por Segmento
1	Super Premium	Volvo XC 40 Audi Q3 BMW Série 3 Mercedes-Benz Classe C	1
	Premium	Nissan Qashqai Cupra Formentor VW Passat Audi A4 Opel Insignia Peugeot 508	2
2	Familiar Compacto	Ford Puma VW Golf Audi A3 Citroen C4 BMW Série 1 Mercedes-Benz Classe A	5
	Familiar Compacto Inferior	Opel Mokka Ford Focus Seat Leon Opel Astra Peugeot 308	14
3	Operacional de Passageiro	Renault Clio Peugeot 208 Ford Fiesta VW Polo	30
	Operacional de Mercadorias	Citroen Berlingo Opel Combo Renault Kangoo Peugeot Partner	12

As viaturas admitidas a concursos deverão ter motorizações térmicas, admitindo-se viaturas híbridas plug-in.

As quantidades apresentadas são meramente informativas e não vinculativas.

2. As viaturas são entregues no concelho de Faro:

a) Em perfeito estado de circulação;

- b) Serviço de gestão da inspeção periódica;
  - c) Preparadas de acordo com as normas de entrega de viaturas, nomeadamente, limpas, sem plásticos ou proteções de transporte, pressão dos pneus adequada e fluidos nos níveis normais de utilização;
  - d) Com toda a documentação legal necessária à sua circulação.
3. As viaturas entregues devem respeitar as características e componentes resultantes das respetivas homologações e da documentação emitida pelos fabricante.
4. No momento da entrega das viaturas, a Águas do Algarve, S.A. procede às seguintes verificações:
- a) Quantitativa, para comprovar a conformidade das quantidades entregues e referidas na notificação de aceitação com as quantidades encomendadas;
  - b) Qualitativa, para comprovar a inexistência de deficiências.
5. Após verificação das viaturas entregues, a Águas do Algarve, S.A. pode:
- a) Aceitar as viaturas mediante condição de, após exame ou durante a utilização, estes cumprirem as características exigidas;
  - b) Rejeitar total ou parcialmente as viaturas ou algum dos respetivos acessórios;
  - c) Solicitar a entrega da quantidade de viaturas ou acessórios em falta.
6. Se a viatura não se apresentar em condições, a Águas do Algarve, S.A não assinará a “notificação de aceitação”, sendo esta devolvida ao adjudicatário, aplicando-se as sanções contratuais previstas na Cláusula 19.º do presente Caderno de Encargos.
7. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa, às alterações e correções necessárias para garantir o cumprimento das características exigidas no presente contrato, dispondo para o efeito do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

### **Cláusula 30.ª**

#### **Garantia Técnica**

1. Nos termos do disposto da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens e das garantias a ela relativas, o Adjudicatário garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de um ano a contar da data da notificação da aceitação dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação dos bens desde que não provocados pelo uso não conforme ou do desgaste provocado pelo normal funcionamento dos mesmos.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
- a) A reparação de qualquer não conformidade não decorrente do desgaste natural resultante da utilização do veículo garantido e que se verifique após a data de assinatura

- do auto de receção, nomeadamente avarias mecânicas, elétricas e/ou eletrónicas (incluindo mão de obra, peças e componentes);
- b) Para efeitos de garantia entende-se como avaria mecânica, elétrica e/ou eletrónica, a incapacidade de uma peça funcionar conforme a especificação do Fabricante em consequência de falha mecânica, elétrica e/ou eletrónica;
  - c) Em caso de avaria no veículo contratado pela Águas do Algarve, S.A., cabe ao Adjudicatário mediante solicitação por parte da Águas do Algarve, S.A., disponibilizar o respetivo serviço de reboque, até à oficina da rede mais próxima;
  - d) No seguimento de um serviço de reboque e caso o veículo fique imobilizado por motivo de avaria, o Adjudicatário colocará à disposição da Águas do Algarve, S.A. um veículo de substituição de características idênticas, e por um período decorrente da reparação.
3. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo Contraente Público e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.
4. Ainda, o adjudicatário vincular-se-á a fornecer numa base mensal um ficheiro em formato XML e um relatório em pdf, ambos contendo a mesma informação: o detalhe das passagens das respetivas viaturas por pórticos de autoestradas ou outras vias concessionadas, e contendo o dia, a hora, a via, o valor da portagem (em euros).

#### **Cláusula 31.<sup>a</sup>**

##### **Prazo de Entrega das Viaturas**

Após primeira solicitação a Adjudicatária terá um prazo não superior à 5 (cinco) dias úteis para entregar a viatura solicitada, do segmento solicitado ou do segmento acima se se verificar uma indisponibilidade momentânea, sendo no entanto cobrado o preço adjudicado para o segmento solicitado.

#### **Cláusula 32.<sup>a</sup>**

##### **Sinistros**

Na eventualidade de se verificar um sinistro com uma das viaturas alugadas no âmbito do presente contrato a Entidade Adjudicante suportará os danos até ao limite da franquia de 2% do valor de aquisição da viatura a novo, ficando o restante valor a cargo da seguradora contratada pela Adjudicatária.

#### **Cláusula 33.<sup>a</sup>**

##### **Recondicionamentos**

Para efeitos de recondicionamento, no decorrer da devolução de viaturas, o Adjudicatário procederá à inspeção das mesmas, emitindo uma fatura autónoma para liquidação dos danos verificados, correspondendo este montante ao total apurado de recondicionamento até ao limite de 2% do valor de aquisição da viatura a novo.

**Cláusula 34.<sup>a</sup>**

**Limite de Quilómetros**

Incluído no preço unitário adjudicado para cada segmento está o uso das viaturas até ao limite de 3.000 Km/mês de média, estando sujeito a um acréscimo de gasto de 0,13€/km suportado pela Entidade Adjudicante.

**Cláusula 35.<sup>a</sup>**

**Notificações de Eventuais Infrações de Transito**

As notificações de eventuais infrações de transito deverão ser endereçadas em nome da Águas do Algarve, S.A. para a Rua do Repouso n.º 10, 8000-302 Faro, cabendo a responsabilidade de identificação do condutor à presente entidade adjudicante.

## **ANEXO II**

### **LOCAIS DE ENTREGA**

(a que se refere a Cláusula 1.<sup>a</sup> et al.)

Concelho de Faro

**ANEXO III**  
**CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES**  
(a que se refere a Cláusula 4.<sup>a</sup> et al.)



# CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES



A ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. participa ativamente no desenvolvimento de políticas sustentáveis e pretende atuar junto dos seus fornecedores e subcontratados, integrando-os nas suas preocupações sociais, ambientais e segurança dos trabalhadores, numa perspetiva de garantir o desenvolvimento sustentável da sua atividade.

Ao afirmar-se como uma organização socialmente responsável, fiel aos seus Princípios e Valores, a ÁGUAS DO ALGARVE pretende garantir aos seus clientes internos e externos que os bens e serviços que lhes proporcionam são realizados em condições que respeitam os direitos da pessoa humana e do meio ambiente.

Este Código visa estender os compromissos de conduta em matéria social, laboral e ambiental, refletidos na Política do Sistema de Responsabilidade Empresarial (constante no Anexo I) e na Missão, Visão, Valores e Princípios de Atuação da Águas do Algarve, S.A. (constantes no Anexo II), aos seus fornecedores e subfornecedores.

O fornecedor confirma a receção e leitura do presente **Código de Conduta para Fornecedores**, assumindo o compromisso de o cumprir e fazer cumprir, através da assinatura da **Declaração de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores (DCL I)**, remetendo esse impresso à ÁGUAS DO ALGARVE, S.A..

## Condições de Trabalho e Sociais

No desenvolvimento das suas atividades o **fornecedor e o subfornecedor devem respeitar**, em qualquer circunstância, os seguintes requisitos:

- Assegurar que as remunerações base dos seus colaboradores satisfazem as necessidades básicas e proporcionam algum valor extra;
- Garantir que as horas extras são devidamente remuneradas e que são realizadas de forma voluntária, excetuando-se situações extraordinárias, não previstas;
- Tratar os seus colaboradores com dignidade e respeito;
- Cumprir com a legislação em vigor referente ao horário de trabalho;
- Assegurar um ambiente de trabalho saudável e seguro;
- Fornecer, para uso de todos os colaboradores, instalações sanitárias limpas e acesso a água potável e, se aplicável, vestiários condignos e instalações higiénicas para armazenamento de alimentos;
- Caso seja facultado alojamento pela empresa, devem ser asseguradas instalações de dormitório limpas, seguras e que atendam às necessidades básicas dos colaboradores;

e **não deverão**, em qualquer circunstância:

- Envolver-se ou apoiar a utilização de trabalho infantil;

- Envolver-se ou apoiar a utilização de trabalho forçado ou compulsório através da retenção de documentos pessoais originais, incluindo castigos corporais, coerção física ou mental, insultos verbais ou gestuais, assédio sexual e ameaças;
- Envolver-se, direta ou indiretamente, no tráfico de seres humanos;
- Praticar ou ser conivente com qualquer tipo de discriminação com base na raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, género, orientação sexual, idade, associação a sindicato, afiliação política ou qualquer outra forma de discriminação;
- Interferir no exercício dos direitos dos colaboradores relativamente à liberdade sindical e ao seu direito à negociação coletiva.

## Gestão Ambiental

Sendo compromisso da ÁGUAS DO ALGARVE a melhoria do meio ambiente onde está inserida e do qual depende, a mesma identificou os principais aspetos ambientais decorrentes da sua atividade, de forma a implementar medidas que promovam a prevenção e minimização dos impactes associados. Assim, pretende-se que o fornecedor também se comprometa a promover uma cultura de respeito para com o meio ambiente, estabelecendo e implementando práticas de gestão dos seus aspetos ambientais, numa perspetiva de melhoria contínua do seu desempenho ambiental.

No desenvolvimento das suas atividades o fornecedor e o subfornecedor deverão assumir o cumprimento dos seguintes princípios:

- Reduzir os resíduos e as emissões para o ar, solo e água;
- Manusear os produtos químicos de forma ambientalmente adequada;
- Gerir os resíduos de forma ambientalmente correta;
- Optar por equipamentos, sistemas e práticas que potenciem a eficiência energética;
- Promover a reutilização e reciclagem de materiais e produtos;
- Adotar boas práticas que minimizem a emissão de ruído;
- “Não Prejudicar Significativamente”, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, rumo a uma neutralidade climática da economia e da sociedade até 2050 – em linha com o Pacto Ecológico Europeu e com o espírito da iniciativa legislativa para a Lei Europeia do Clima.

e não deverão, em qualquer circunstância:

- Poluir deliberadamente o ar, solo e água;
- Eliminar resíduos de forma ilegal (queimar, enterrar, abandonar,...);
- Desperdiçar recursos naturais (água, energia, floresta,...).

### Acesso para Verificação

Considerando o propósito subjacente ao presente documento, que privilegia o estabelecimento de parcerias sustentáveis e duradouras entre as partes, o fornecedor deve permitir a visita de representantes da ÁGUAS DO ALGARVE às suas instalações, no sentido de validar que as práticas desenvolvidas respeitam os requisitos deste Código de Conduta.

Verificada alguma não conformidade, o fornecedor fica obrigado a comunicar um plano de ações corretivas, reservando-se a ÁGUAS DO ALGARVE no direito de suspender a relação contratual, caso este não seja eficazmente implementado.

### Anexo I

#### *Política do Sistema de Responsabilidade Empresarial*

A Águas do Algarve, consciente das suas responsabilidades na conceção, construção, exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve, está empenhada em assegurar o contínuo e eficiente abastecimento de água para consumo humano, com elevado nível de segurança alimentar, bem como o tratamento de águas residuais, aos clientes da sua área de concessão, contribuindo para a prossecução das políticas públicas e dos objetivos nacionais no domínio do ambiente.

Num quadro de respeito integral das suas obrigações de conformidade e das normas aplicáveis, de um modo socialmente responsável, ambientalmente sustentável e prevenindo riscos para a segurança e saúde dos(as) trabalhadores(as), a Águas do Algarve assume os seguintes compromissos:

Antecipar, avaliar e promover de uma forma contínua a satisfação das necessidades e expectativas dos seus clientes, acionistas, trabalhadores(as), restantes partes interessadas e comunidade, de acordo com o contexto do negócio, os requisitos das partes interessadas e os riscos e oportunidades identificados;

Promover a melhoria do desempenho ambiental, proteger o ambiente de forma a prevenir ou mitigar os impactes ambientais, potenciando a prevenção da poluição, a minimização das emissões para o meio ambiente e a utilização eficiente dos recursos, privilegiando a aquisição de bens e serviços que potenciem o uso e consumo racionais da energia de modo a maximizar a eficiência energética;

Promover a melhoria do desempenho em Saúde e Segurança e assegurar a eliminar perigos e reduzir os riscos para a saúde e a segurança dos(as) trabalhadores (as) da Águas do Algarve e dos que trabalham em seu nome, proporcionando condições de trabalho seguras e saudáveis para a prevenção de lesões e afeções da saúde relacionadas com o trabalho;

Promover a melhoria do desempenho energético, apoiando as atividades de conceção, a aquisição de produtos e serviços energeticamente eficientes e assegurando a disponibilidade de informação e os recursos necessários para alcançar os objetivos e as metas para a energia;

Avaliar e controlar continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas eficazes de prevenção, controlo e monitorização;

Motivar os trabalhadores(as), fomentando o seu envolvimento, responsabilidade individual/ e criatividade, através da adequação e atualização de competências, consciencialização, sensibilização e formação, salvaguardando o princípio de igualdade de género e o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, garantindo a conformidade e melhoria das condições laborais e sociais e através da consulta e participação dos trabalhadores, e quando existam, dos representantes dos trabalhadores.

A Águas do Algarve compromete-se ainda a implementar e promover a melhoria contínua do Sistema de Responsabilidade Empresarial, disponibilizando a informação, os recursos humanos, técnicos e financeiros necessários e adequados para garantir a eficácia e eficiência dos seus processos, a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere e para a criação de valor.

Faro, 30 de março de 2023

A Comissão Executiva

### Anexo II

#### *Missão, Visão, Valores e Princípios de Atuação da Águas do Algarve, S.A.*

##### *Missão*

A Águas do Algarve, tem como Missão, garantir o abastecimento de água para consumo humano e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental, assumindo o compromisso de:

- Respeitar as normas mais exigentes do sector, apostando sempre numa perspectiva de melhoria contínua dos padrões de qualidade inerentes aos seus processos;
- Minimizar os consumos de recursos naturais e transformados, permitindo a aplicação de tarifas equilibradas;
- Adequar com os recursos técnicos e humanos, apenas estritamente necessários, ao desenvolvimento da sua atividade e compromissos assumidos;
- Contribuir para a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere, adotando políticas e práticas cada vez mais responsáveis.

##### *Visão*

Ser reconhecida como referência empresarial no setor, pela qualidade do serviço que presta, pela competência profissional e pelos valores que pratica.

##### *Valores*

Os Valores Éticos da Águas do Algarve, S.A são:

- Espírito de Servir
- Excelência
- Integridade
- Responsabilidade
- Rigor

##### *Princípios de Atuação*

Águas do Algarve rege-se pelos seguintes Princípios:

- Respeito e proteção dos direitos humanos
- Respeito pelos direitos dos(as) trabalhadores(as)

## **CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES**

- Respeito pela igualdade de género
- Luta contra a corrupção
- Erradicação de todas as formas de exploração
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.